

agosto de 2003 a 27 de fevereiro deste ano. OTCU estabeleceu que a fiscalização das metas, a partir da renovação dos contratos de concessão das empresas de telefonia em 2006, utilize “procedimentos que assegurem a validade técnica das conclusões”. Um dos problemas verificados pelos auditores foi que, nos dados enviados pela Anatel em setembro de 2003, não havia qualquer registro de telefone público no estado de Tocantins. Além disso, 220 orelhões estavam duplicados e seus endereços não eram precisos. Para os técnicos do TCU, “é paradoxal que uma agência que regula e fiscaliza um dos setores mais dinâmicos em tecnologia utilize técnicas defasadas”. Eles disseram que a Anatel terá de desenvolver um Sistema de Informações Geográficas.

INSS falha ao cobrar dívidas

De acordo com o TCU, falta de pessoal especializado prejudica a arrecadação do instituto

Lúcio Vaz e Lilian Tahan

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) alerta sobre o exagerado crescimento das dívidas que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem a receber. E o pior: são débitos de baixo índice de recuperação, mesmo os cobrados judicialmente. Mantida essa tendência, seriam necessários 138 anos para saldar a atual dívida cobrada judicialmente — R\$ 87,4 bilhões. Nos exercícios de 2001, 2002 e 2003, a recuperação dos débitos sobre o total inscrito em dívida ativa foram de 0,11%, 0,29% e 0,19%, respectivamente — percentuais considerados muito baixos pelo tribunal. O documento do TCU concluiu que atualmente a dívida do INSS supera os R\$ 122 bilhões. O parecer do relator, Ubiratan Aguiar, mostrou que a Região Sudeste tem cerca de 65% do total de recursos que a Previdência têm para receber. O setor privado é o que mais acumula dívidas, com 86,7% do total dos créditos a receber. O setor público é responsável por 13,3% do valor devido ao INSS. Segundo as conclusões que constam no relatório, os valores parcelados representam pouco mais de 5% do total da dívida. O documento mostra também uma variação no uso do parcelamento feito pelos devedores. De 2001 até o final de 2002, o valor utilizado com essa modalidade de pagamento esteve na casa dos R\$ 60 milhões. No terceiro trimestre de 2002, no entanto, esse valor subiu para R\$ 200 milhões. E, depois, no final de 2003, caiu para R\$ 40 milhões. O aumento dos parcelamentos foi motivado pela adesão de órgãos públicos como a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, além de entidades públicas (Dataprev e o Serpro) às medidas de arrecadação do comitê gestor do Programa de Recuperação Fiscal, o Refis — destinado a incentivar o parcelamento de débitos fiscais. A queda na arrecadação é o resultado da inadimplência dos órgãos que, quando aderiram ao Refis, eram imediatamente tirados da condição de devedores ativos da Previdência e, ao se desligarem, voltavam para a lista de devedores. Apesar do alto índice de inadimplência, os dados do relatório do TCU apontam que menos de 10% do total de créditos são considerados de difícil recuperação. A conclusão foi possível pela metodologia do trabalho dos técnicos do tribunal, que dividiram os créditos por categorias: judiciais, administrativos, parcelados ou não, vinculados ao setor público ou privado. Os auditores vinculam o alto índice da dívida previdenciária com as deficiências administrativas do órgão. Uma delas é a insuficiência de pessoal, especialmente nos setores responsáveis pela organização da cobrança de créditos. Outra fragilidade detectada no documento é a falta de um banco de dados atualizado sobre a situação da dívida previdenciária. Os técnicos sugerem que o órgão elabore um cronograma para organizar os dados. Os ministros do TCU determinaram que a área técnica do INSS apure e sane as falhas que impedem o pagamento dos créditos à Previdência Social. Gastos do CNPq - O procurador-geral do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, pediu uma investigação sobre o gasto dos diretores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com passagens aéreas. Reportagem publicada no Correio mostrou que cinco diretores do órgão gastaram R\$ 508 mil com passagens em 442 viagens durante um ano e meio. O presidente do CNPq, Erney Plessmann de Camargo, fez 56 viagens em finais de semana para São Paulo, onde tem casa a atividades na USP.

(Correio Braziliense - 27/11)